

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE CABO VERDE

08 de março de 2017

16.30h

No dia 08 de março de 2017, pelas dezasseis horas e trinta minutos, em sessão extraordinária do Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, presidida pelo Governador João António Pinto Serra, com a presença também dos Administradores Osvaldo Évora Lima, Carlos Manuel da Luz Delgado Rocha, Horácio Moreira Semedo e Carlos Alberto Carvalho Furtado, bem como do representante do Conselho Fiscal António Oliveira, foi adotada a seguinte deliberação relativa ao ponto da agenda *“Aplicação de uma medida de resolução ao Novo Banco, S.A. e dispensa temporária desta instituição da observância de normas prudenciais.”*

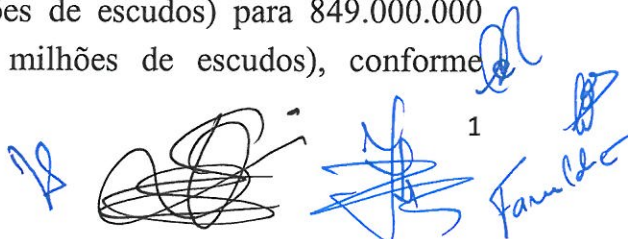
Deliberação

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 179.º da Lei das Atividades e das Instituições Financeiras, aprovada pela Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, e em face da premente necessidade de preservar a estabilidade do sistema financeiro, assegurar a continuidade da prestação dos serviços financeiros essenciais assegurados pelo Novo Banco, S.A., salvaguardar os interesses dos contribuintes e do erário público, e proteger a confiança dos depositantes, as presentes deliberações são consideradas urgentes nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho, não havendo lugar a audiência prévia dos interessados.

O Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, reunido em sessão ordinária no dia 08 de março de 2017, pelas 16h30mn, considerando que:



1. O Banco de Cabo Verde, desde a constituição e início da atividade do Novo Banco, S.A., em 2010, vem acompanhando a sua situação económico-financeira e prudencial com alguma preocupação, tendo a autoridade de supervisão, ao longo desses anos, determinado várias medidas com vista à solidez financeira desta instituição de crédito, todavia sem sucesso;
2. O Novo Banco, S.A., a 15 de maio de 2015, aumentou o seu capital social de 600.000.000 ECV (seiscentos milhões de escudos) para 849.000.000 ECV (oitocentos e quarenta e nove milhões de escudos), conforme

1







exigência do Banco de Cabo Verde, aumento que resultou na melhoria temporária dos rácios prudenciais, porém os citados rácios viriam a atingir valores negativos e os resultados negativos a acumularem-se;

3. Em inícios de janeiro de 2016, o Banco de Cabo Verde solicitou à nova gestão do Novo Banco, S.A., então empossada, um plano de reestruturação, com vista a assegurar a viabilidade da instituição de crédito;
4. A 11 março de 2016, o Conselho de Administração do Novo Banco, S.A. apresentou ao Banco de Cabo Verde o referido plano, contudo este revelou-se insuficiente para a recuperação do banco;
5. Na sequência de contatos anteriormente havidos, o Banco de Cabo Verde, em agosto de 2016, visando a salvaguarda do interesse dos depositantes, concedeu um prazo até outubro de 2016, para que o maior acionista, o Estado de Cabo Verde, fizesse a recapitalização do banco. Entrementes, o Ministro das Finanças comunicou ao Banco de Cabo Verde, findo o prazo, que não seria possível concretizar o aumento do capital social, devido a restrições orçamentais;
6. O Novo Banco, S.A. vem acumulando resultados negativos, contribuindo para que o seu capital próprio seja inferior a metade do seu capital social, sendo que os prejuízos do banco consumiram a totalidade do seu capital social;
7. Verifica-se o incumprimento dos requisitos mínimos dos fundos próprios e do rácio de solvabilidade, sendo estes valores negativos, deste modo, o Novo Banco, S.A. não satisfaz com as exigências do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, e do ponto 4 do Aviso n.º 4/2008, de 25 de fevereiro;
8. Constata-se o contínuo aumento do crédito com imparidades, dos ativos ponderados pelo risco e a não adequação dos fundos próprios aos riscos do Novo Banco, S.A.;
9. O agravamento da situação de liquidez coloca o Novo Banco, S.A. em sério risco de incumprimento das respetivas obrigações, e consequentemente, riscos à continuação da prestação de serviços financeiros essenciais;

TS  2   

10. O plano de reestruturação do Novo Banco, S.A., no âmbito de medidas corretivas aplicadas ao banco em janeiro de 2016, ficaram aquém das expetativas do Banco de Cabo Verde;
11. Efetivamente, o Conselho de Administração do Novo Banco, S.A., no âmbito do referido plano, na assembleia geral universal realizada a 12 de abril de 2016, apresentou aos acionistas uma proposta de aumento de capital, visando a recomposição dos rácios prudenciais, em que deveria ocorrer um primeiro aumento, até finais de 2016, no montante de **500.000.000 ECV** (*quinhentos milhões de escudos*), e um segundo aumento no montante de **200.000.000 ECV** (*duzentos milhões de escudos*) a deliberar, em 2017;
12. Embora os acionistas do Novo Banco, S.A. tenham, unanimemente, a 12 de abril de 2016, deliberado aumentar o capital social até finais de 2016 no montante de **500.000.000 ECV** (*quinhentos milhões de escudos*), tal aumento não se verificou, reduzindo, ainda mais, a possibilidade do banco recompor os seus rácios e a sua situação económico-financeira;
13. Foram esgotados todos os mecanismos com vista à recomposição do normal funcionamento do Novo Banco, S.A., à luz dos normativos vigentes, sendo que o banco não cumpre os requisitos para a manutenção da autorização para o exercício da sua atividade, com o iminente cenário de falência;
14. A auditoria independente instaurada ao Novo Banco, S.A. a mando do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea l) do artigo 151.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, detetou deficiências graves, em matéria de controlo interno, fiscalização, e a nível da administração vigente aquando da aplicação das medidas corretivas em janeiro de 2016;
15. Efetivamente, o relatório da auditoria, entregue ao Banco de Cabo Verde em agosto de 2016, concluiu que o Novo Banco, S.A.: (i) não apresenta dispositivos sólidos em matéria de governo da sociedade, incluindo uma estrutura organizativa clara, com linhas de responsabilidade bem definidas, transparentes e coerentes; (ii) não dispõe de mecanismos adequados de controlo interno, incluindo procedimentos administrativos e contabilísticos sólidos; (iii) de facto não possui um sistema de controlo interno que permita a organização de processos eficazes de identificação, gestão, controlo e comunicação dos riscos a que está ou possa vir a estar exposta;

   3 

16. O Novo Banco, S.A. tem violado as leis e regulamentos respeitantes à atividade que exerce, colocando em risco sério os interesses dos depositantes e restantes credores e as condições normais de funcionamento do mercado financeiro, bem como não dá garantias de cumprimento, a curto prazo, das obrigações para com os credores e em especial relativamente aos fundos confiados;
17. O Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde por deliberação do dia 23 de setembro de 2016 decidiu iniciar o processo de aplicação da medida de resolução prevista na alínea a) do artigo 162.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril;
18. A 06 de janeiro de 2017, foram, nos termos do n.º 3 do artigo 165.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, enviados convites a duas instituições de crédito autorizadas a desenvolver a atividade bancária, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, S.A. e a Caixa Económica de Cabo Verde, S.A., para manifestarem interesse na aquisição parcial ou total dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Novo Banco, S.A., no âmbito da aplicação de uma medida de resolução a esta instituição pelo supervisor bancário;
19. Apenas a Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. apresentou interesse na aquisição parcial dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Novo Banco, S.A., e com base na proposta inicial, iniciou-se o processo de negociação, facultando à referida instituição de crédito, nos termos do n.º 4 do artigo 165.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, todas as informações relevantes sobre a situação financeira e patrimonial do banco sob medida de resolução, para efeitos de avaliação dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão;
20. A avaliação dos ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão a alienar, devido a urgência da medida e o interesse público subjacente, foi realizada pelo Banco de Cabo Verde. A avaliação, no entanto, deve ser considerada provisória até que entidade independente designada pelo Banco de Cabo Verde efetue a avaliação definitiva, nos termos do n.º 5 do artigo 165.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril;
21. O Banco de Cabo Verde considera que a presente medida de resolução de alienação parcial ou total da atividade a outra instituição autorizada a desenvolver a atividade bancária, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 162.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, é necessária, adequada e proporcional, tendo em vista a salvaguarda dos interesses dos depositantes e da estabilidade do sistema financeiro.






18

4

Famildc

Assim, o Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 162.º, artigo 163.º, alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 164.º, n.º 1 do artigo 165.º e alíneas e) e f) do artigo 151.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, delibera:

- a) Alienar à Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. os ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Novo Banco, S.A., constantes no Anexo, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 165.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril;
- b) Designar os seguintes membros para os órgãos sociais do Novo Banco, S.A., nos termos do n.º 2 do artigo 163.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril,
 - i. Conselho de Administração:
Presidente: João Carlos Fidalgo;
Vogal: Solange Lisboa Ramos;
Vogal: Ângela Cardoso.
 - ii. Fiscal Único:
Efetivo: Rosa Pires Ferreira;
Suplente: Yuri Spencer.
- c) Determinar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 163.º e alíneas j) e l) do artigo 156.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, que o Conselho de Administração designado terá, visando as finalidades das alíneas d) e e) do artigo 160.º do citado diploma, de providenciar a alienação/transferência dos ativos que ficaram no Novo Banco, S.A., devendo o produto reverter para o depositante cujo depósito ficou afetado com a medida de resolução;
- d) Determinar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 163.º da Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril, que a BDO, Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., Sociedade por Quotas, representada pelo Senhor António Pina Fonseca, mantém as suas funções como sociedade de auditor certificado;
- e) Aplicar ao Novo Banco, S.A. as seguintes medidas de intervenção corretiva:
 - i. Proibição de concessão de crédito e aplicação de fundos em determinadas espécies de ativos, em especial no que respeite a operações realizadas com instituições que tenham uma relação de domínio ou de grupo com a instituição financeira em causa ou com outras entidades com as quais a instituição financeira em causa tenha uma relação de domínio ou de grupo;
 - ii. Proibição de receção de depósitos.


    5 

- f) Dispensar o Novo Banco, S.A. da observância de normas prudenciais aplicáveis, pelo prazo de um ano a contar da data da presente deliberação;
- g) Encerrar o balcão localizado na sede dos Correios de Cabo Verde, S.A., sito no Plateau-Praia, mantendo os outros balcões em funcionamento até nova determinação do Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde.,

Mais foi deliberado aprovar em minuta ata da presente deliberação, com vista a execução imediata.

O Conselho de Administração,


João António Pinto Serra


Osvaldo Évora Lima,


Carlos Manuel da Luz Delgado Rocha,


Horácio Moreira Semedo


Carlos Alberto Carvalho Furtado

A Diretora de Gabinete do Governador e dos Conselhos


Faraílda Lima Évora

ANEXO

Direitos e obrigações, que constituam ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais transferidos para Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.

1. Ativos

- i. *Caixa e disponibilidades no Banco de Cabo Verde no valor de 345.071.456 ECV (trezentos e quarenta e cinco milhões, setenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e seis escudos)*
- ii. *Títulos de dívida pública no valor de 174.600.000 ECV (Cento e setenta e quatro milhões e seiscentos mil escudos)*
- iii. *c) Carteira de crédito concedida a clientes no valor de 1.778.492.574 ECV (Mil setecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos e setenta e quatro escudos) à qual se aplica um haircut no valor de 259.913.689 ECV (Duzentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e treze mil e seiscentos e oitenta e nove escudos)*

2. Passivos

- i. *Responsabilidades emergentes dos titulares de depósitos no valor de 2.038.250.341 ECV (Dois mil e trinta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil e trezentos e quarenta e um escudos).*

3. Elementos extrapatrimoniais

- i. *A totalidade dos valores das garantias associadas aos créditos referidos na alínea c) dos ativos.*



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "Família".